



**ACÓRDÃO Nº838/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- Processo TCE - AM nº 11931/2020.**
- 2- Assunto:** Embargos de Declaração.
- 3- Embargante:** Valfrido de Oliveira Neto.
- 4- Advogado:** Monize Rafaela Pereira Almeida Freitas – OAB/AM 7065.
- 5- Procurador de Contas Oficiante do Processo:** Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva.
- 6- Relator:** Conselheiro Luis Fabian Pereira Barbosa.

**EMENTA:** Embargos de Declaração.

*Conhecimento. Provimento.*

**7- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art.11, III, alínea “f”, item 1, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento oral do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 7.1. Conhecer** dos Embargos de Declaração opostos pelo Sr. **Valfrido de Oliveira Neto** - Presidente da Câmara do Município de Boca do Acre, exercício 2019, por intermédio de sua Advogada devidamente constituída, em face do Acórdão n. 1007/2021 - TCE – Tribunal Pleno, em razão do preenchimento do requisito estabelecido no art. 63, §1 da Lei n. 2.423/96 c/c o art. 148, §1 da Resolução n. 04/02 – RI-TCE/AM;
- 7.2. Dar Provimento** aos Embargos de Declaração opostos pelo Sr. **Valfrido de Oliveira Neto** - Presidente da Câmara do Município de Boca do Acre, exercício 2019, por intermédio de sua Advogada devidamente constituída, em face do Acórdão nº 1007/2021 - TCE – Tribunal Pleno, no sentido de determinar a reinstrução do processo, devendo o órgão técnico competente expedir nova notificação, facultando ao gestor a possibilidade de, no prazo para apresentação de defesa, recolher as quantias devidas, as quais devem ser indicadas na nova peça noticiatória, nos termos do que prescreve o art. 20, §2º da Lei Estadual n.º 2.423/96, em razão da não oposição da informação relacionada à possibilidade de recolhimento dos valores referentes ao achado de auditoria n.º 6 da notificação n.º 02/2020 que consubstanciou a impropriedade elencada no item “f” do Relatório/Voto n.º 64/2021, em razão da qual se aplicou o alcance contido



**ACÓRDÃO Nº838/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

no item 2 da parte dispositiva do mencionado Relatório/Voto e no subitem 10.2 do Acórdão nº 1007/2021 – Tribunal Pleno.

**8- Ata:** 19ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**9- Data da Sessão:** 31 de Maio de 2022

**10- Especificação do quorum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto e Luis Fabian Pereira Barbosa.

**11- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro-Presidente

**LUIS FABIAN PEREIRA BARBOSA**  
Conselheiro Relator

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral